

A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO.

Silvana de Oliveira Lima Medeiros
Docente do curso de Pedagogia da FACESI
silvanaabba@hotmail.com

RESUMO

Sabendo que a avaliação nunca antes foi tão discutida e questionada e sendo um mecanismo que orienta e acompanha o processo educativo tornando-se inevitável a reflexão sobre a ação que o educador deve ter frente o ato avaliativo. A partir desta compreensão, escolheu-se o tema: Avaliação como processo de construção de conhecimento. A opção deve-se por sabermos da importância e da necessidade de avaliar corretamente os alunos nas séries iniciais nos dias de hoje e para questionarmos o verdadeiro significado da avaliação, mostrando que a mesma deve ser um processo para auxiliar no desenvolvimento cognitivo do aluno e não apenas o classifica. Assim, tem por objetivo geral, analisar se as avaliações estão sendo desenvolvidas pelos professores, como um processo de construção de conhecimento. Optou-se pela pesquisa do tipo descritiva com abordagem qualitativa, tendo como público alvo professores, da Escola Municipal. Escolheu-se uma amostra simples e intencional, onde se selecionou um total de 09 (nove) professores, da escola citada. Usou-se como instrumentos para análise questionários com perguntas abertas. Para elaboração do referencial teórico, buscou-se subsídio de Luckesi, Demo, Nunes entre outros. Finalmente pode-se concluir que os educadores devem tentar conhecer o aluno como um todo, levando em conta suas dificuldades e necessidades, lembrando sempre que cada aluno é único e tem suas individualidades para assim poder tentar aplicar o melhor método avaliativo desta forma o sistema educacional com certeza se transformará.

Palavras chave: Avaliação, aprendizagem, disciplina, ensino.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, tendo como título Avaliação como processo de construção de conhecimento, abordam-se os diversos enfoques dados à avaliação no cotidiano escolar, em suas diversas tendências educacionais, por professores, alunos, especialistas, pais e sociedade em geral, buscando determinar qual o seu real papel na educação.

Se a educação existe em função de metas a que se direcionam a atuação de professores e alunos, no processo ensino – aprendizagem, então, toda ação pedagógica pressupõe mudanças comportamentais, sendo assim, à avaliação cabe o dever de verificar em que sentido estas mudanças estão ocorrendo, indicando se as metas predeterminadas estão sendo atingidas, e se não, a causa de tal fato estar se dando. Para isso, deve haver correlação entre os objetivos e o tipo de avaliação que será utilizada.

Este trabalho é dirigido às pessoas que se dedicam à educação ou por ela se interessam. E principalmente aos professores e estudantes, que envolvidos com a educação, procuram soluções para os graves problemas da educação brasileira: o auto índice de reprovação, de desistência e a elevada taxa de analfabetismo no Brasil.

Avaliação, aprendizagem, disciplina, ensino. Todas estas palavras têm preocupado todos os envolvidos com a educação. Por isso, buscam-se, por meio deste trabalho, possíveis caminhos para encontrar um ponto de equilíbrio entre o que acontece nas escolas hoje e o que se considera ideal para a educação.

Esta pesquisa visa proporcionar ainda contribuições teóricas necessárias aos educadores que pretendem modificar o fazer pedagógico quanto à avaliação no dia-a-dia em sala de aula, pois se sabe que a prática da avaliação tem sido causa permanente de conflitos diante da questão de julgar o aluno.

O sistema exige que se faça uma verificação no desenvolvimento do trabalho escolar. Com isso o professor sente-se aflito por ter que decidir se aprova ou reprova o aluno, sabendo que isso é decidir sobre a vida e o futuro de alguém. O aluno, por outro lado, enfrenta o problema sofrendo verdadeiro pânico quando se levanta a questão Avaliação.

É surpreendente o relevante valor que se tem dado a este tema, principalmente, pela quantidade de estudiosos que se dedicam à elaboração de soluções para os problemas oriundos da Avaliação escolar. Soluções estas que só concretizarão com o comprometimento dos atores educacionais com uma boa alfabetização e uma eficiente aprendizagem.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO

Em toda atividade humana há necessidade de avaliação da ação para se planejar o que será feito a seguir, seja na construção de um abrigo, na caça, na estratégia de guerra ou em qualquer empreitada que se quer levar avante. É através desta avaliação que se determina o quanto já se atingiu do objetivo pré-estabelecido e possibilita se necessário, a mudança de estratégia ou melhorar as que estão sendo utilizadas.

O mesmo acontece na educação, seja em casa com os pais que ensinam o filho a falar, a andar, a comportar-se entre seus semelhantes, como nas escolas quando cabe ao professor a obrigação de ajudá-lo na construção de seus conhecimentos acadêmicos. A avaliação deve ser um instrumento de verificação do caminho já percorrido, para que conhecedores dos objetivos já conquistados, os envolvidos com esta aventura que é a educação saibam de onde partir para continuar seu trabalho.

2.1 A AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Avaliação é um processo que deve servir aos alunos como um instrumento de diagnóstico de sua própria situação, permitindo-lhes constatar o que já aprenderam e o que lhes falta aprender, bem como as dificuldades que tiverem para a apropriação deste ou daquele conteúdo.

Para o professor a avaliação também é importante, uma vez que os resultados obtidos pelos alunos poderão subsidiá-lo quanto à reflexão que ele precisa fazer constantemente sobre sua prática, no sentido de verificar a eficácia ou as falhas de seu desempenho. A partir desses resultados, o professor tem a possibilidade de melhorar sua ação pedagógica e, conseqüentemente, o nível de aprendizagem dos alunos.

De acordo com o Professor Freitas (2001, p.1) o processo de avaliação, em sala de aula, é constituído por três aspectos: a avaliação institucional ou de conhecimento, a avaliação de comportamento e a avaliação de valores e atitudes.

A avaliação do conhecimento avalia o conteúdo adquirido e é a responsável por dar um grande poder ao professor, uma vez que por meio dela ele tem o poder da reprovação. (FREITAS, 2001, p.1).

Em qualquer área da avaliação, em qualquer nível de ensino, há esta pressão sobre o domínio do conhecimento, a medição do conhecimento, das habilidades. Entretanto, se focalizarmos mais esta questão da avaliação, descobre-se outros aspectos dentro dela.

Já a avaliação do comportamento é utilizada regularmente, em qualquer nível de ensino, como um poderoso fator de controle do comportamento do aluno em sala de aula. Uniformizando o comportamento do aluno de acordo com os ditames do professor. Por exemplo, ao dar um ponto negativo, não significa que o aluno aprendeu menos, mas que seu comportamento está sendo julgado. É outra forma de controle do professor, fazendo com que seus alunos se submetam a sua vontade. Além disso, é vista como uma ameaça ao discente e um instrumento de poder do professor, que detém o poder de reprová-lo. (FREITAS, 2001, p.1).

Como o sistema de ensino é artificializado e as motivações naturais para aprendizagem foram retiradas do âmbito da escola, restou à organização escolar e aos professores utilizar, em substituição a esses fatores naturalmente motivadores da aquisição do conhecimento, o poder da avaliação.

A avaliação de atitudes e valores além de medir o conhecimento e ser um instrumento de poder tem um outro aspecto: também conforma atitudes, valores e até a própria forma de pensar.

De acordo com Freitas (2001, p.1) esse tipo de avaliação molda as atitudes e valores não pela prova, embora isso possa ajudar, mas por razões subjetivas que ligam professores e alunos, uma vez que eles acreditam em certos conceitos, vivem certas concepções e estão exercendo a sua atividade acreditando nessas concepções que construíram e que são, muitas vezes, concepções antagônicas no âmbito da sala de aula. Logo, a ação do professor, através do processo de avaliação também pode conformar atitudes e valores.

Freitas (2001, p.1) ressalta ainda que a junção destes três tipos de avaliação forma o processo avaliativo educacional. Contudo, a junção da avaliação instrumental com a de comportamento gera um ambiente favorável à exclusão. Pois não só se exclui apenas pela nota, mas também pelo julgamento do comportamento. Por exemplo, um aluno de mau comportamento pode ser reprovado pelo docente, uma vez que a parcialidade permeia o julgamento das provas.

Outra junção maléfica ocorre entre a avaliação de comportamento e a de atitudes. Essa junção ocasiona a submissão do discente, uma vez que o professor com seus valores acabam por impor para a classe a ideologia que ele acredita ser mais adequada. Assim, ao reprimir um aluno por vir de brinco para a classe, mostra sua visão de mundo, e neste o aluno ou se encaixa ou se exclui.

Além da classificação apresentada existe ainda a divisão da avaliação em dois planos: o formal e o informal. No formal, o critério geral é a nota, no informal são os juízos de valor. As notas acabam por criar uma competição entre os alunos, pois se valoriza aquele que tem as melhores pontuações. Muitas vezes o aluno acaba por se acostumar tanto com esta forma de avaliação que o conteúdo aprendido, ou não, já não tem mais importância. Já o informal refere-se ao juízo que o docente faz do educando. Por exemplo, quando dispara publicamente uma crítica ao aluno durante uma conversa ou durante uma atuação em sala de aula. (FREITAS, 2001, p.1).

Em outras palavras, a "evolução" fez com que o educando se dedicasse e decorasse apenas os aspectos que o professor irá avaliar que vai cair na prova. Cria-se a artificialidade de que o professor avalia e o aluno aprende, mas na verdade tudo não passa de uma grande encenação. A escola ensina com isso relações sociais de "como se

dar bem na vida", "o que fazer para se passar com o mínimo esforço", "como agradar o professor", etc.

Neste sentido Freitas (2001, p.1) afirma que:

Marx já dizia de valor de uso e valor de troca, analogamente se tem o conhecimento adquirido e o trabalho pela nota. O valor de uso é a utilidade do produto: a faca serve para cortar. O valor de troca é a marca que esta faca traz para ser negociada. O valor de troca acontece na escola quando a utilidade do conhecimento é superada pela intenção de receber uma nota. Quando a nota se torna mais importante que o conhecimento temos a banalização do ensino. Agora temos um aprendizado de relações de mercado, de negociação. Ao menos se aprende alguma coisa na escola.

Talvez o mais problemático nem sejam as notas, mas os juízos de valor. O professor ao dizer para uma classe de baixa renda que eles não devem pensar em se tornarem pedreiros ou empregadas domésticas, mas médicos e engenheiros, passa a idéia de que estas últimas são ocupações de verdade. Como consequência temos, aqueles cujos pais tem estes "subempregos" ficarão com vergonha dos próprios pais, e aqueles que um dia acabarem por trabalhar nestes empregos serão frustrados ou terão vergonha disto.

Portanto, o fracasso ou sucesso do educando não é algo pontual, ligado a um desempenho pontual do aluno, se estudou ou se não estudou, mas é uma construção no dia a dia. Nas salas de aula e nas ações educativas pode-se construir o fracasso ou pode-se construir o sucesso. Isso não é uma responsabilidade só do docente.

Outro aspecto pertinente refere-se aos tipos de avaliação. Divisão esta que visa fornecer elementos para se responder as seguintes questões: para que se avalia e o que fazer com os resultados desse processo? A partir disso pode escolher o tipo de avaliação que será aplicado.

Os tipos mais comuns são:

- a. Avaliação diagnóstica;
- b. Avaliação somativa ou classificatória;
- c. Avaliação formativa.

a) A avaliação diagnóstica tem por fim determinar a presença ou não de conhecimentos e habilidades, buscando detectar pré-requisitos para novas experiências de aprendizagem. Permite averiguar as causas de repetidas dificuldades de aprendizagem. Luckesi é um dos defensores da avaliação como instrumento norteador de diagnóstico, uma vez que considera que “[...] a avaliação terá que ser o instrumento de reconhecimento dos caminhos percorridos e da identificação dos caminhos a serem perseguidos”. (LUCKESI, 1997, p. 43).

b) avaliação somativa ou classificatória: tem como função classificar os alunos no final da unidade, semestre ou ano letivo, segundo níveis de aproveitamento apresentados. Esta forma de avaliação é que se repele com estudos de melhoria do processo ensino – aprendizagem, visto que só determina ao final do período, se o aluno adquiriu o conhecimento desejado, sem dar-lhe oportunidades para que o conquiste de maneiras diferenciadas. Enfim, este tipo de avaliação serve apenas para separar os que sabem daqueles que não sabem, para aprovar ou reprovar.

c) avaliação formativa: é realizada com o propósito de informar o professor e o aluno sobre o resultado da aprendizagem, sendo essas informações utilizadas para melhorar o desempenho do aluno e a sua formação.

Valle afirma que “a avaliação é o resultado do controle, que completa o processo com a constatação do objetivo alcançado e oferece os elementos para o replanejamento”. (VALLE, 2003, p. 43).

Enquanto isso, “. (LIKERT, 1975, p. 453, *apud* APOSTILA FEATI), defende o ponto de vista de que a educação é um sistema pertencente a um plano já traçado no próprio processo e afirma que “[...] a avaliação relaciona-se com o processo de verificar se a execução das ações coincide com o plano adotado. Neste mesmo sentido, Santos considera que.

[...] a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, é possuidora de finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e atribuir-lhe valor. Deve proporcionar dados que permitam ao estabelecimento de ensino promover a reformulação do currículo com a adequação e dos métodos de ensino. (SANTOS, 1978, p. 1876, *apud* APOSTILA FEATI).

Os práticos da avaliação escolares, dentro do modelo liberais conservador são autoritários, pois esse caráter pertence à essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas ou pelos meios de comunicação.

A avaliação educacional é, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. Por isso a escola desconsidera a prática da avaliação como um instrumento de transformação social, de superação do autoritarismo e do estabelecimento da autonomia do educando. Exigências do modelo social que se fundamenta na idéia de participação democrática de todos.

O modelo atual de avaliação escolar tem como finalidade à classificação e não o diagnóstico, ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado.

Do ponto de vista da aprendizagem escolar, o educando é classificado como inferior, médio ou superior. Classificações estas que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. Será que o inferior não pode atingir o nível médio ou superior?

De fato, o momento de avaliação deveria ser um "momento de fôlego" na escalada, para, em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, principalmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico como, no caso, a aprendizagem. Com a função classificatória, a avaliação não auxilia em nada o avanço e o crescimento. Somente com uma função diagnóstica ela pode servir para essa finalidade.

A utilização, na prática pedagógica, de uma avaliação classificatória, desconsidera o educando como sujeito humano histórico, julgando-o e classificando-o, ficando para o resto da vida, do ponto de vista do modelo escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo, nos arquivo e nos históricos escolares, que se transformarão em documentos legalmente definidos.

Como antônimo da finalidade classificatória existe a finalidade de diagnóstico. Nesta última a avaliação educacional escolar assume o seu verdadeiro papel de instrumento de investigação para o crescimento, situando-se e estando a serviço de uma pedagogia preocupada com a transformação social e não com a sua conservação.

O educador, no intuito de dar um novo encaminhamento para a prática da avaliação escolar deve estar preocupado em redefinir ou em definir propriamente os rumos de sua ação pedagógica, pois ela não é neutra, inserindo-se num contexto maior e estando a serviço dele.

Enfim, a avaliação deve ter por principal finalidade o fornecimento de informações sobre o andamento do processo pedagógico, assim como a indicação de caminhos para solucionar os problemas enfrentados.

Sendo o professor um representante dos modelos e valores "universalistas", deve garantir a todos os alunos uma "igualdade de partida" e "oportunidades reais" para que estes revelem as suas capacidades, "recompensando o êxito de qualquer um que se mostre capaz". A escola é, assim, a agência de socialização na qual as crianças experimentam pela primeira vez um sistema institucionalizado de diferenciação com base na realização individual a qual procura incutir a aceitação das regras de competição próprias da estrutura. (PASSOS, 2002, p. 1).

Dessa afirmação decorre outra finalidade da avaliação: a socialização do educando, ou seja, a escola socializa através da avaliação, mas não de uma maneira mecanicista. Em outras palavras, as diferentes modalidades de avaliação ocasionam interferem na socialização dos indivíduos em escolarização, uma vez que muitos educadores têm a avaliação como finalidade maior de seu trabalho em sala de aula.

As práticas de avaliação, por serem feitas para controle qualitativo, têm sido muito criticadas e da forma como é utilizada não atende à função educativa que lhe foi estabelecida. Segundo Libâneo (1991, p. 198), têm-se verificado alguns equívocos, quanto à aplicação e interpretação dos resultados da avaliação escolar.

O equívoco mais comum é o professor usar a avaliação somente para dar notas, classificando o aluno em "melhor" ou "pior", dependendo do que memorizou e por sorte ser o teor das provas. Ainda é comum o professor ser avaliado como "competente", pelo total de alunos reprovados em sua turma.

Outro equívoco é fazer uso da avaliação para recompensar ou punir o aluno pelas suas atitudes. A nota é dada e tirada conforme seu comportamento. Cúmulos acontecem como reprovar um aluno por falta de décimos na nota final. O professor deve estimular o aprendizado e não intimidar com ameaças como o "tirar nota".

O terceiro equívoco se dá pela autoconfiança do professor, quando mede o aluno pelo seu "olho-clínico", profetizando, já no início do ano, qual aluno tem condições de aprovação ou reprovação, baseando-se na sua "sabedoria" deixando de realizar a avaliação contínua, onde o aluno é valorizado por todas as suas atividades. Agindo assim, muitas vezes, o professor relega o aluno, isolando-o a um canto da sala, destruindo sua auto-estima e fazendo crescer o índice de evasão escolar.

O quarto equívoco se dá quando certos professores rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor somente dos dados qualitativos, julgando que as provas ou testes aplicados podem prejudicar ou inibir as potencialidades do aluno. Assim sendo, afastam qualquer quantificação de resultados.

Considerar, na avaliação, apenas os aspectos quantitativos ou somente os qualitativos são equívocos que têm conseqüências da mesma proporção. O bom entendimento de avaliação é considerar, igualmente, os dois aspectos: o quantitativo e o qualitativo.

A função da escola é introduzir o educando no mundo da cultura e do trabalho, de acordo com as perspectivas traçadas pela sociedade, contando com a colaboração do professor. Já a função pedagógica trabalha com as influências externas e internas do aluno, cabendo ao professor organizar a prática de ensino sem perder o objetivo de desenvolver a autonomia e independência do aluno. Sendo assim, a quantificação deve contar com a apreciação qualitativa dos resultados obtidos.

Se a nota for obtida somente com base na prova escrita, ela pode deixar de demonstrar o resultado real da aprendizagem, pois o torna muito limitado. Mas, a prova escrita aliada a outros instrumentos de verificação são meios necessários para a informação do rendimento escolar, levando em conta que tanto a escola, como os professores, os pais e os alunos precisam de dados para comprovar, analisar e avaliar os trabalhos desenvolvidos resultando na aprendizagem. Além do que, a nota representa um estímulo externo que desafia o aluno a desenvolver as suas capacidades.

Não se pode discutir a avaliação a partir do interior da escola como querem muitos autores. A avaliação feita na escola decorre dos objetivos fixados e estes são fixados, principalmente, a partir da sociedade concreta na qual a escola esta inserida. Se for uma escola capitalista, com certeza expressará os objetivos da escola capitalista bem pautada nos princípios liberais.

Freitas (1995, p. 143 a 258) apresenta dados importantes de pesquisas sobre a avaliação. Resumidamente as informações mais importantes detectadas nestas pesquisas foram:

- a) Os professores apontaram como finalidade de avaliação: verificar se o aluno aprendeu o conteúdo, verificar os pontos fortes e fracos para atuar/mudar método, avaliar nível de desempenho dos alunos, promover o desenvolvimento do aluno, verificar se o aluno atingiu os objetivos, verificar se o aluno tem os pré-requisitos, cumprir formalidades e conceituar o aluno.
- b) As técnicas mais usadas pelos professores para avaliar: trabalhos (em classe e fora dela), observação de desempenho, provas escritas, participação e interesse do aluno.
- c) outras constatações: 80% dos professores não elaboram critérios para correção das avaliações antes de efetuá-las, 75% dos professores não comunicam aos alunos os critérios de avaliações, 58% admitem promover ou não seus alunos com base em juízo geral (presença de componente informal); há discrepância entre o que se ensina e o que se cobra; os alunos pensam que muitos professores abusam do poder ao avaliar, que usam avaliação para impor disciplina, que demonstram tendenciosidade ao avaliar os alunos, que geralmente estudam para a prova, avaliação serve para classificar e que nada é feito para reverter as falhas, que a avaliação é unilateral (só o aluno é avaliado).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maneira como a escola avalia é o reflexo da educação que ela valoriza. Essa prática deve ser capaz de julgar o valor do aluno e possibilitar que ele cresça como indivíduo e como integrante de uma comunidade. Além disso, a avaliação é uma janela por onde se vislumbra toda a educação. Quando se indaga a quem ela beneficia, a quem

interessa, questiona-se o ensino que privilegia. Quando o professor se pergunta como quer avaliar, desvela sua concepção de escola, de homem, de mundo, e sociedade.

Atualmente a prática estabelecida é positivista e tecnicista. Por isso há uma forte ênfase na atribuição de notas e na classificação de desempenho, em testes e provas com resultados quantitativos e numéricos. Nela, o mais importante é o produto, ou seja, reflete uma educação baseada na memorização de conteúdos. Porém, esse sistema é falho e não alcança os seus objetivos, ocasionando mais prejuízo do que benefícios.

Nas palavras do Professor Freitas (2001, p. 1):

O nosso ensino básico está voltado para dar uma enxurrada de informações que os alunos recebem em sala de aula e certificar que este aluno tem condições ou não de ler, escrever, contar, multiplicar, etc. Mas, indagar se podemos estar formando um “maníaco do parque” bem letrado, isso não nos interessa. Ou seja, as condições psicológicas, sociais, políticas, o envolvimento dele, o seu caráter, a sua constituição emocional, não é tomada como um objeto de reflexão nos currículos regulares das nossas escolas e da Universidade. A escola se transforma num local que mede quantidades de informações assimiladas pelos alunos. Se vierem a ser, depois, “maníacos do parque”, é uma questão para a polícia, não é mais com a Escola.

Já a avaliação qualitativa se baseia num paradigma crítico e visa à melhoria da qualidade da educação. Sua ênfase é no processo. Ela reflete um ensino que busca a construção do conhecimento, ou seja, a avaliação terá seu sentido mais autêntico e significativo se tiver articulação com o projeto político-pedagógico da escola. É ele que dá significado ao trabalho docente e à relação professor-aluno.

No processo de avaliação da aprendizagem há um foco no todo, no coletivo. Mas há também um outro, nos dois protagonistas principais, que são o professor e o aluno. O primeiro precisa identificar exatamente o que quer e o segundo tem de ser parceiro.

Já a avaliação qualitativa se baseia num paradigma crítico e visa à melhoria da qualidade da educação. Sua ênfase é no processo. Ela reflete um ensino que busca a construção do conhecimento, ou seja, a avaliação terá seu sentido mais autêntico e significativo se tiver articulação com o projeto político-pedagógico da escola. É ele que dá significado ao trabalho docente e à relação professor-aluno.

No processo de avaliação da aprendizagem há um foco no todo, no coletivo. Mas há também um outro, nos dois protagonistas principais, que são o professor e o aluno. O primeiro precisa identificar exatamente o que quer e o segundo tem de ser parceiro.

Atualmente o processo de negociação num trabalho de avaliação é fundamental. Essa negociação pressupõe a discussão coletiva de critérios. Assim como é fundamental explicitar os objetivos da avaliação para a classe, é preciso também mostrar os resultados. O educando não pode ficar sem saber como se saiu. Sempre é preciso analisar o processo desenvolvido em termos de ensino-aprendizagem.

A avaliação deve ser encarada como uma reorientação para uma aprendizagem melhor e para melhoria do sistema de ensino. Além disso, o professor deve ficar atento aos aspectos afetivos e culturais do estudante, não só aos cognitivos, pois os processos de avaliação vêm impregnados de emoções e aspirações.

Durante muito tempo, analisou-se a avaliação desvinculada desse fator de afetividade e o que ocorria era uma análise imperfeita, porque há uma dialética entre o afetivo e o cognitivo. Os indicadores de afetividade permeiam a relação com a criança e seu desempenho. Eles estão claros no entusiasmo e na paixão ao apresentar o resultado

de uma pesquisa, ao descobrir a solução de um problema, ao vibrar com um trabalho realizado. Para que eles sejam levados em conta, a observação é fator essencial.

Não existe fórmula pronta para que o professor realize uma boa avaliação. Se não forem dadas diretrizes claras, o professor deve construir seu caminho, por meio de sua criatividade. Esses recursos devem ser, além de diversificados, participativos, democráticos, relevantes, significativos e rigorosamente construídos. Diversificando os instrumentos é possível abranger todas as facetas do desempenho do aluno.

A avaliação sempre está relacionada com o poder na medida em que significa controle. Num modelo tecnicista, em que se privilegia a atribuição de notas e a classificação dos educandos, ela é ameaçadora, uma verdadeira arma. O poder está no cerne da avaliação e pode ser um instrumento de dominação, despertando medo.

Para que seja produtiva, a avaliação deve ser um processo dialógico, interativo, que visa fazer do indivíduo um ser melhor, mais criativo, mais autônomo, mais participativo. Ela deve levar a uma ação transformadora e também com sentido de promoção social, de coletividade, de humanização.

A escola brasileira ainda é excludente e são altos os índices de reprovação. Os ciclos dão um tempo para a criança que não é necessariamente traduzido por bimestre ou semestre, partindo de onde ela está e fazendo sempre com que progrida continuamente. Esse sistema, porém, só pode ser bem-sucedido se forem garantidas algumas condições, como uma nova proposta pedagógica que valorize a articulação com a comunidade. Além disso, é essencial dar um novo papel ao professor e garantir a ele uma boa formação contínua, com ênfase no trabalho coletivo. Os professores que usam inadequadamente a avaliação só o fazem porque não estão devidamente preparados.

No âmbito institucional a avaliação é um instrumento para o planejamento das políticas de educação e seu objetivo é identificar os problemas e sugerir soluções. Contudo, não se deve pegar um modelo de avaliação e aplicá-lo na escola, achando que isso solucionará todos os problemas educacionais, pois esta é uma faca de dois gumes, pode auxiliar na solução dos problemas ou, simplesmente, aumentá-los, gerando mais conflitos, mais burocratizações e mais formalizações.

Por isso antes de iniciar o processo de avaliação é fundamental responder às seguintes questões: Avaliar para quê? Quem avalia? Com que critérios? Se estas perguntas não forem respondidas objetivamente, há uma grande chance de que existam interesses ocultos e escondidos atrás do projeto de avaliação, ou seja, é pertinente identificar as razões da avaliação para que se desvele o interesse que caminham em seu vácuo.

Enfim, a avaliação pode ser aliada ou uma vilã no contexto educativo. Tudo depende de como é realizada, com que critérios e para que. Se imparcial e justa é aliada. Se tendenciosa e excludente é uma vilã. Então é possível constatar que a avaliação é determinante no processo de qualidade na educação.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOWICZ, Meri. **Entrevista**. Revista Nova escola. São Paulo, p. 14-25, nov. 2001.

APOSTILA Feati do Curso de Pós-graduação em Administração Escolar. 2002 e 2003.

BERVIAN, P. A; CERVO, A L. **Metodologia Científica**. 4 ed. São Paulo: Markron Books, 1996, p. 48.

FREITAS, Luiz C. **Implicações conceituais para uma prática avaliativa**. UNICAMP – Universidade de Campinas. 2001. In: Internet. Disponível em: <http://www.Prg.Unicamp.Br/implicacoes_conceituais_pratica_aval_luiz_carlos.htm>. Acesso em 2/9/2004.

_____. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIMENO, José. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artes médicas, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LUCKESI, Cipriano L. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Prática docente e avaliação**. Rio de Janeiro: Abt, 1990.

_____. **O objetivo da avaliação é intervir para melhorar**. Revista Nova Escola. 2006, p. 18 – 19.

PELLEGRINI, Denise. **Avaliar para ensinar melhor**. Revista Nova Escola. São Paulo, p. 26- 33, fev. 2003.

PERRENOUD, Philippe. **A Avaliação dos Estabelecimentos Escolares: um Novo Avatar da Ilusão Cientificista?**. Universidade de Genebra. 1998. Trad. de Luciano Lopreto. In: Internet. Disponível em: http://www.Unige.ch/fapse/SSE/teachers/perrenoud/php_main/php_1998/1998_49.html. Acesso em: 6/9/2004.

_____. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médias, 1999.

PASSOS, Giani M.. **Contexto pedagógico para a prática da avaliação**. Batina. 21/05/2002. Disponível em: <www.batina.com/>. Acesso em: 25 set. 2004.

SOARES, Jose Francisco; ALVES, Maria T. Gonzaga; MARI, Flávia A. O. Torres. Avaliação de escolas de ensino básico. In: FREITAS, Luiz C. **Avaliação de escolas e universidades**. Ed. Komedi. 2003. p. 59-87.

THURLER, Monica Gather. **A eficácia das escolas não se mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive**. Universidade de Genebra e de Fribourg. 1998. Tradução de Luciano Lopreto. Disponível em: <http://www.mec.es/cide/rieme/documentos/varios/gather1998.pdf>. Acesso em: 6/9/2004.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais, a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, B. B. R. **Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino Fundamental.** Curitiba: IESDE, 2003, p. 105.